Aviso de Privacidade

1 – INFORMAÇÕES INICIAIS:

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE LINHARES (IPASLI), por meio deste Aviso de Privacidade se compromete a prestar as informações necessárias aos usuários e visitantes de seu Website, sobre a coleta, uso, armazenamento, proteção, compartilhamento e descarte de seus dados pessoais de forma transparente e didática, além de cientificar aos titulares de dados pessoais sobre seus direitos e formas de exercê-los.

Este documento guarda conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/18) e com as políticas internas do IPASLI, podendo ser alterada nas hipóteses de modificações legais implementadas posteriormente.

2 – DEFINIÇÕES

Cookies: pequenos arquivos enviados para o seu navegador ou dispositivos, que armazenam as suas preferências e outras informações sobre como e quando nossos ambientes são visitados, bem como a quantidade de pessoas que o acessam.

Dados Pessoais: dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dados Pessoais Sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Encarregado ou *Data Protection Officer***(DPO)**: pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre a IPASLI, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Legislação aplicável: toda legislação que verse sobre privacidade e proteção de Dados Pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Nossos sítios: designa o endereço eletrônico https://ipasli.es.gov.br/ e seus subdomínios.

Política: é esta Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais.

Titular dos Dados: é você, a pessoa física a quem os Dados Pessoais se referem, seja na condição de consumidor, usuário do site, investidor, analista, prestador de serviços.

Tratamento: toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

3 - QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS NO SITE DO IPASLI?

Os dados coletados poderão se enquadrar nas hipóteses abaixo elencadas e depender da finalidade do tratamento:

Informações pessoais: Nome, RG, CPF/CNPJ, endereço eletrônico, endereço residencial, telefone para contato, dentre outros necessários para o pagamento de benefícios previdenciários pelo IPASLI e a contratação de serviços ou aquisição de produtos;

Dados da Saúde: Dados necessários para o cumprimento de obrigações legais e relacionados aos benefícios previdenciários, os relacionados aos nossos servidores, como por exemplo, exames admissionais, atestados médicos, Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional (PCMSO), dentre outros;

Telefone – Fale conosco

E-mail – Fale conosco

4 – QUAIS AS BASES LEGAIS DE TRATAMENTO?

Os tratamentos de dados pessoais realizados pelo IPASLI deverão ser amparados por alguma das bases legais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados, em seu artigo 7º, dentre elas:

Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória: diversos tratamentos de dados pessoais realizados pelo IPASLI ocorrem por determinação advinda de Lei, decretos, resoluções, dentre outras normas legais;

Execução ou Preparação de um contrato: A execução de obrigações contratuais ou pré-contratuais trazem a necessidade de se tratar determinados dados pessoais;

Exercício regular de Direitos: O tratamento de dados pessoais em razão de processos judiciais, administrativos ou arbitrais é autorizado para garantir o exercício regular de direitos, tais como, o contraditório, ampla defesa e devido processo legal. Ademais, fica autorizado o armazenamento de dados pessoais pelo período prescricional de ajuizamento de ações, a fim de garantir ao IPASLI meios hábeis à sua defesa;

Consentimento: Alguns tratamentos de dados pessoais exigem o consentimento expresso dos titulares dos dados autorizando o tratamento. Neste caso, o consentimento deverá ser dado de forma livre, informada, inequívoca e específica;

Cumpre ressaltar que, caso ocorra mudança da finalidade do tratamento, deixando de ser compatível com o consentimento original, o IPASLI irá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade;

Legítimo Interesse: A base legal do legítimo interesse poderá ser utilizada para proteger ou promover interesses próprios da empresa, contudo só será utilizada quando houver expressa motivação da finalidade e necessidade do tratamento.

5 – QUAIS SÃO OS TRATAMENTOS REALIZADOS E AS SUAS FINALIDADES?

O tratamento de dados pessoais é determinado em conformidade com sua finalidade, os principais são:

Coleta: realizada para viabilizar que o IPASLI preste seus serviços e execute os contratos e convênios - a autarquia não realiza coleta excessiva ou desnecessária para a finalidade originária;

Processamento: realizado em conformidade com as bases legais previstas na LGPD, e ,quando necessário, para a prestação do serviço, execução do contrato, ou, para cumprimento de obrigação legal e exercício regular de direito;

Análise: realizada em observância à finalidade da coleta, bem como, ao propósito legítimo, específico e explícito para o tratamento;

Compartilhamento: será realizado mediante consentimento do titular, ressalvadas hipóteses de exigência pela norma legal, exercício regular de direito, para a execução de um contrato ou para a prestação dos serviços de responsabilidade do IPASLI que são realizados por meio de empresas terceirizadas (operadores);

Armazenamento: permitido até que a finalidade seja alcançada, até o cumprimento dos prazos definidos em lei, ou seja, finalizados os prazos prescricionais que autorizem ações judiciais;

Eliminação: os dados pessoais serão descartados após finalizado o tratamento ou findados os prazos necessários de armazenamento. O IPASLI se compromete em eliminar os dados tratados de forma profissional, respeitando as políticas internas e as boas práticas de mercado.

6 – ONDE OS DADOS FICAM ARMAZENADOS?

Os dados pessoais coletados dos beneficiários, servidores, fornecedores ou terceiros (usuários do website) permanecem armazenados nos sistemas corporativos e sistemas de navegação dispostos no site do IPASLI.

7 – RETENÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DADOS

Os Dados Pessoais coletados e os registros de atividades são armazenados em ambiente seguro e controlado, podendo estar em nossos servidores localizados no Brasil. Essas transferências envolvem apenas empresas que demonstrem estar em conformidade com as legislações aplicáveis, mantendo um nível de *compliance* semelhante ou mais rigoroso que o previsto na legislação brasileira.

Nós armazenamos os Dados Pessoais somente pelo tempo que for necessário para cumprir com as finalidades para as quais foram coletados ou para cumprimento de quaisquer obrigações legais, regulatórias ou para preservação de direitos.

Findos o prazo de manutenção e a necessidade legal, os Dados Pessoais serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro ou utilizados de forma anonimizada para fins estatísticos.

8 – EXERCÍCIO DE DIREITOS

Você poderá solicitar ao Encarregado do IPASLI a confirmação da existência de tratamento de Dados Pessoais, além da exibição ou retificação de seus Dados Pessoais, por meio do endereço: lgpd@ipaslilinhares.com.br

Nesse canal, você também poderá requerer:

- A limitação do uso de seus Dados Pessoais;

- Manifestar sua oposição e/ou revogar o consentimento quanto ao uso de seus Dados Pessoais; ou
- Solicitar a exclusão de seus Dados Pessoais que tenham sidos coletados pelo IPASLI.

Caso você solicite a exclusão de seus Dados Pessoais, é possível que estes não sejam eliminados prontamente, em atenção ao artigo 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que permite o tratamento de dados por período adicional para (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória, (ii) estudo por órgão de pesquisa, e (iii) transferência a terceiro (respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na mesma Lei). Em todos os casos, mediante a anonimização dos Dados Pessoais, desde que possível.

9 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A IPASLI poderá alterar o teor desta Política a qualquer momento, conforme a finalidade ou necessidade, cabendo a você verificá-la sempre que efetuar o acesso ao site ou utilizar os serviços fornecidos.

Caso algum ponto desta Política seja considerado inaplicável pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou qualquer outra autoridade competente, inclusive judicial, as demais condições permanecerão em pleno vigor e efeito.

Essa Política será interpretada segundo a legislação brasileira, no idioma português, sendo eleito o foro de Linhares, ES para dirimir qualquer controvérsia que envolva este documento.

10 –CONTATOS

Em caso de qualquer dúvida em relação às disposições constantes desta Política de Privacidade e Tratamento de Dados, inclusive para exercício dos seus direitos, você poderá entrar em contato com o comitê de privacidade e governança de dados, que está à disposição no seguinte endereço:

lgpd@ipaslilinhares.com.br

11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Receber comunicação da Autoridade Nacional e adotar providências.

Para solicitações, dúvidas, reclamações ou sugestões, o IPASLI disponibiliza o contato direto com o Encarregado através do e-mail: lgpd@ipaslilinhares.com.br

As denúncias de violações às Políticas e procedimentos serão anônimas e a não-retaliação será garantida.

Linhares, 24 de julho de 2023.

Amantino Pereira Paiva – Diretor Presidente IPASLI

ASSINADO DIGITALMENTE
GABRIELA MALACARNE SOEIRO DE SOUZA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO